

A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar

Ana Cleia da Luz Lacerda Sousa¹ e Ivaldo Silva Sousa²

1 Doutoranda em Ciências da Educação, Mestre em Ciência da Educação pela Universidad de Los Pueblos da Europa-Espanha e Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Coordenadora Pedagógica na rede de Educação Municipal, Brasil. E-mail: analuzsousa@ig.com.br

2 Doutorando em Ciências da Educação (UAA), Mestre em Ciência da Educação pela Universidade de Málaga, Espanha e Graduado em Artes Plásticas. Arte Educador no Sistema Educacional Modular de Ensino Médio, Brasil. E-mail: ivaldo-sousa@uol.com.br

RESUMO: Este trabalho aborda a inclusão de discentes com deficiência visual no âmbito do processo de ensino e aprendizagem. O objetivo deste é analisar a literatura existente e as políticas públicas direcionadas ao tema, bem como fomentar a importância da qualificação dos educadores para a educação especial priorizando o desenvolvimento da criticidade no ambiente escolar. Sendo uma revisão narrativa, que tem como metodologia de elaboração a análise crítica da literatura, com estratégias que busca a seleção dos estudos e a interpretação das informações contidas nas fundamentações teóricas de livros, artigos, dissertações, teses e trabalhos de conclusão de cursos. Observou-se que quando se trata de educação especial, a responsabilidade não é apenas do educador, mas sim de todos envolvidos neste processo, como é o caso da comunidade escolar e da sociedade em geral. Baseado nos dados da pesquisa pode-se dizer que para a educação inclusiva adquirir maior fortalecimento se faz necessário um comprometimento dos gestores, das autoridades governamentais e principalmente que a comunidade conheça os direitos que lhes são garantidos por lei e que exijam sua aplicabilidade na prática.

Palavras-chave: Metodologias. Educação. Família. Qualificação.

The inclusion of students with visual impairments in the school context

ABSTRACT: This work addresses the inclusion of students with visual impairments in the process of teaching and learning. The objective is to analyze the existing literature and public policies directed to this issue, as well as promoting the importance of qualification of teachers for special education prioritizing the development of criticality in the school setting. Narrative review type way of drafting the search methodology and critical analysis of literature, with strategies that search the selection of the studies and the interpretation of the information contained in the theoretical foundations of books, articles, dissertations, theses and completion of course work.. When it comes to special education is not only the responsibility of the teacher, but to everyone involved in this process, as is the case of the school community and society in general. Based on the survey data we can say that inclusive education to acquire greater strength is required a commitment of managers, government officials and especially the community to know the rights which they are guaranteed by law and requiring its applicability in it's practice.

Keywords: Methodologies. Education. Family. Qualification.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, vem desde muitos anos, buscando sua

institucionalização e normatização do ensino igualitário, com qualidade, preservando o respeito às diferenças contidas no ambiente escolar.

A relevância de escrever um artigo sobre

deficiência visual no âmbito escolar se dá na medida em que a referida temática faz parte do cotidiano da escola e da família vivenciado pelas pesquisadoras.

Ademais, é um tema que suscita um grande debate não só num âmbito escolar, como na família e na sociedade. O qual se faz necessária a criação de políticas públicas voltadas para qualificação de todos os educadores a fim de que seja desenvolvida interação de conhecimentos entre comunidade, escola e funcionários.

Um marco inicial para a Educação Inclusiva como processo educacional surge com a Declaração de Salamanca (1994) que, entre outros méritos, prorroga a inclusão para diversidade, em que tem como objetivo integrar as deficiências diversas e dar apoio necessário, na idade adequada e em ensino regular. Também, as escolas devem acolher todas as crianças indiscriminadamente considerando em especial suas diferenças.

Na sociedade historicamente entrelaçada de reminiscência cultural e de práticas sociais segregadoras, a educação especial não tem se instituído como parte do conteúdo curricular da formação basilar, ordinário, do docente; quase sempre é vista como uma formação especial reservada àqueles que anseiam trabalhar com alunos com necessidades especiais.

Analisar a legislação específica e compreender direitos e deveres sob a responsabilidade dos poderes públicos quanto à normatização das leis de acesso aos discentes com deficiência visual é primordial para a família. Reafirmando assim a importância da qualificação dos educadores para a educação inclusiva, para que o professor dinamize a interação entre os alunos com e sem deficiência visual no ambiente escolar.

A família e a escola devem interagir co-

nhecendo as dificuldades e buscando novos recursos necessários para o bem estar e desenvolvimento de potencialidades. Sendo de responsabilidade do poder público oportunizar e garantir as famílias, assistência social e serviços que favoreçam a saúde física e mental dos indivíduos envolvidos.

É de competência da escola, dos gestores e demais profissionais da educação adequar o ambiente de ensino para atender de forma eficiente os alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo melhores condições para inserir o aluno de forma consciente no processo sócio educacional.

Diante da complexidade do sistema que envolve o alunado, as ações de um educador sozinho não atingiriam com excelência os principais objetivos da educação inclusiva.

Um pressuposto frequente nas políticas relativas à inclusão supõe um processo sustentado unicamente pelo professor, no qual o trabalho do mesmo é concebido como o responsável pelo seu sucesso ou fracasso. [...] Porém, acreditar que este objetivo possa ser alcançado apenas com a modificação destas práticas é uma simplificação que não dá conta da realidade de nossas escolas. [...] A preparação adequada de todo pessoal da educação constitui um fator-chave na promoção do progresso em direção às escolas inclusivas (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005, p. 09).

É de competência do município e estado realizar o mapeamento e check-up da demanda de sua população; orientar as instituições quanto às necessidades nelas presentes e instigar o desenvolvimento de novos serviços necessários como promover e dar publicidade através de ciclos de palestras; e cursos, com profissionais especializados para informar, orientar e esclarecer a comunidade escolar sobre como trabalhar

com alunos com baixa visão e cegueira. Assim, somente com a qualificação dos docentes e demais profissionais, a escola poderá ser considerada inclusiva quando estiver estruturalmente e conjunturalmente organizada para oportunizar aos alunos independentemente de suas diferenças um ensino com qualidade.

Com base no exposto, este estudo tem como objetivo analisar a literatura existente e as políticas públicas direcionadas ao tema, bem como fomentar a importância da qualificação dos educadores para a educação especial priorizando o desenvolvimento da criticidade no ambiente escolar.

2 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O BRAILLE E QUALIFICAÇÃO DOCENTE

2.1 Histórico sobre a escrita em Braille

O acesso de deficientes visuais no Brasil deu-se através da escrita Braille, criada na França no século XIX, sendo o Brasil um dos primeiros países a incluir no sistema de ensino a nova modalidade de escrita.

A escrita Braille foi criada por Louis Braille – francês (1809-1852), que perdeu a visão na infância, mas manteve o interesse em estudar, e com apenas 15 anos de idade superou dificuldades para chegar ao novo sistema de escrita destinado a pessoas com deficiência visual. E, por conseguinte descobriu que poderia aplicar também nas diversas áreas do conhecimento.

O sistema Braille expandiu-se em todas as áreas, em razão das ações conjuntas dos docentes e de evangelizadores, que desejavam tornar as Sagradas Escrituras acessíveis aos deficientes visuais. Diante disso, perceberam a real importância de haver uma uniformização da escrita Braille de forma glo-

bal. Destarte, em 1951 a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) criou seu código internacional oficial da escrita Braille e fundou o Conselho Mundial Braille.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência visual iniciou durante o Império, com criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC).

2.2 Qualificação dos educadores

Sucintamente no Brasil começam a assegurar o direito de todos os cidadãos à educação através das leis de diretrizes e bases, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas no processo de ensino e aprendizagem como a falta de recursos, adequação estrutural das escolas, carência de curso de especialização aos educadores do ensino regular a nova concepção de educação especial.

As escolas ainda estão longe, na maioria dos casos, de se tornarem inclusivas “[...] não estão associadas a mudanças de base nas escolas e continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados” (CAP-AP, 2007).

É dever do educador observar e analisar como os alunos com deficiência visual se relacionam com os demais colegas de classe e com os adultos, verificando as condições e experiência comunicativa nas diversas situações de aprendizagem, além de verificar se o espaço apresenta qualidade necessária para o desenvolvimento do conhecimento e locomoção acessível.

É imprescindível, portanto, investir na criação de uma política de formação continuada para os profissionais da educação. A

partir dessa, seria possível a abertura de espaços de reflexão e escuta sistemática entre grupos interdisciplinares e interinstitucionais, dispostos a acompanhar, sustentar e interagir com o corpo docente (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005, p. 22).

Para Ropoli et al. (2010, p. 34) o educador do Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ter formação específica para este fim, que atenda os requisitos primordiais da educação especial na perspectiva de ensino inclusivo, “nos cursos de formação continuada, de aperfeiçoamento e formação”, e na concepção de Domingues et al., (2010), os educadores devem procurar formas de participar e interagir na realização de tarefas escolares para que a criança com deficiência visual possa expor suas ideias, organizando atividades específicas às necessidades diversas dos alunos.

Faz-se necessário que a família construa conhecimentos sobre as necessidades especiais de seus filhos, bem como desenvolva competências de gerenciamento do conjunto dessas necessidades e potencialidades. É importante que os profissionais desenvolvam relações interpessoais saudáveis e respeitadas, garantindo-se assim maior eficiência no alcance de seus objetivos (ARANHA, 2004, p. 07).

Ainda existem crenças, mitos e concepções errôneas acerca da deficiência visual e sobre as habilidades das pessoas com essa deficiência.

Uma crença muito comum entre leigos e educadores é a de que todas as pessoas com cegueira têm uma memória extraordinária. [...] uma grande capacidade de armazenar na memória números, dados, esquemas, referências e outras informações. [...] espera-se que estas pessoas sejam excelentes ouvintes, capazes de apreender pela oralização e me-

morização (DOMINGUES et al., 2010, p. 27).

Sobretudo, faz-se necessário a desmistificação sobre a deficiência visual e uma mudança de concepção para a dissociação do ver e do aprender, o que provavelmente, viabilizará o ensino e aprendizagem dos alunos com ou sem visão.

Com relação à formação inicial dos professores que atuam na educação especial, o Censo de 1998, indica que 3,2% possuem ensino fundamental, 51% ensino médio e 45,7% ensino superior (BRASIL 2007). Em 2006, dos 54.625 professores nessa função, 0,62% registram ensino fundamental, 24% ensino médio e 75,2% ensino superior. Nesse mesmo ano, 77,8% desses professores, declararam ter curso específico nessa área de conhecimento (BRASIL, 2007).

2.3 Leis da educação inclusiva

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (BRASIL, 2007). Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva (BRASIL, 2007).

As Diretrizes acrescentam o caráter da educação especial para isto o atendimento educacional especializado suplementa ou complementa à escolarização, no entanto, não há adoção eficaz de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino no Brasil.

Somente em 1999, com o Decreto nº

3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração de indivíduos com deficiência, determina que a educação especial como uma modalidade transversal atenda a todos os níveis e modalidades de ensino, ressaltando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

A Portaria nº 2.678/02 do MEC aprova diretrizes e normas para o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa em todo o país. Em 2004, o Ministério Público divulga o seguinte documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, com objetivo de difundir diretrizes de inclusão a nível global, reiterando a concepção sobre aos direitos e os benefícios recíprocos da escolarização do educando com e sem deficiência no ensino regular público e particular.

Com a promulgação do decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011 dispõe sobre a educação especial decreta no artigo 1º o dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as principais diretrizes: garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis preferencialmente no ensino regular, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais; em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena. No Art. 9º As despesas decorrentes da execução das disposi-

ções constantes deste Decreto correrão por conta das dotações próprias consignadas ao Ministério da Educação (BRASIL, 2007).

2.4 Mecanismos para acessibilidade

Ao se referir sobre os recursos de acessibilidades nas instituições de ensino, menciona-se especificamente a Tecnologia Assistiva (TA) aplicada no processo educativo, sob uma forma de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Uma das inovações trazidas pela política de educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva (2008) é o Atendimento Educacional Especializado - AEE, um serviço da educação especial que [...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminam barreiras para a plena participação dos alunos (ROPOLI et al., 2010, p. 17).

A atual conjuntura da Educação Especial propõe uma nova abordagem teórica - prática do ensino especial. De acordo com essa nova didática o professor de educação especial direciona-se para interagir e despertar o conhecimento do educando. Para isso, o educador tem que observar identificar e conhecer as limitações do discente que o impedem de interagir efetivamente no processo de ensino. E posteriormente coletar dados significativos sobre as peculiaridades para o atendimento do aluno utilizando recursos pedagógicos de acessibilidade escolar.

Contudo, a proposta da Educação Inclusiva se norteia justamente no pressuposto em que a escola possa oferecer um currículo flexível aos alunos com deficiência visual, em Braille e vinculado a seus interesses, garantindo-lhe acessibilidade de locomoção

e comunicação em suas dependências, além de desenvolver metodologias senso motoras e práticas de ensino que atendam às necessidades acopladas nas diferenças, todos terão condições de apreender e se desenvolver cognitivamente.

Para Sartoretto e Bersch (2010) há necessidade de mecanismos para a inclusão:

Os recursos podem ser considerados ajudas, apoio e também meios utilizados para alcançar um determinado objetivo; são ações, práticas educacionais ou material didático projetados para proporcionar a participação autônoma do aluno com deficiência no seu percurso escolar (SARTORETTO; BERSCH, 2010, p. 08).

O censo escolar realizado pelo MEC/INEP fornece dados anuais sobre indicadores da educação especial em diversos âmbitos;

[...] com relação aos dados da educação especial, o Censo Escolar registra uma evolução nas matrículas, de 337.326 em 1998 para 700.624 em 2006, expressando um crescimento de 107%. No que se refere ao ingresso em classes comuns do ensino regular, verifica-se um crescimento de 640%, passando de 43.923 alunos em 1998 para 325.316 em 2006 (BRASIL, 2007).

Os alunos com deficiência visual aprendem a desenvolver a escrita Braille; utilizando a reglete como também a máquina de Braille e computador com impressora Braille durante as aulas do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Outro instrumento de inclusão são os livros didáticos adaptados ilustrados conforme as normas e regras constituídas pela Comissão Brasileira de Braille.

[...] Isso significa que deve ser concebido a partir de uma matriz que possibilite a produ-

ção de livros em formato digital, em áudio, em Braille e com fontes ampliadas. Esse é o livro ideal, mas ainda não disponível nas prateleiras das livrarias e das bibliotecas e se constitui como objeto de debate que depende de regulamentação e de negociação entre o governo e os elos da cadeia produtiva do livro (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007, p. 33).

Compete ao educador do AEE analisar as necessidades do alunado e selecionar os recursos apropriados e ensinar o modo correto de utilizá-lo. No entanto é recomendável avaliar os tais recursos e adequar as necessidades afim de que o aluno passe por novas experiências em sala de aula.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como prioridade, a participação e a aprendizagem dos discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação nas escolas regulares, orientando os preceitos de ensino para atender as necessidades sócio-educativas especiais, garantindo acesso: ao atendimento especializado, participação da família e comunidade, formação especializada da equipe educacional para a inclusão escolar.

As crianças com deficiência visual podem e devem ser incluídas nas atividades lúdicas, observando adaptações eventuais. O contato é benéfico para todos, pois estimula o respeito e conscientização dos demais alunos. Com a inclusão nessas atividades a criança passa a reconhecer e adaptar-se em novo ambiente, conhecendo obstáculos e evitando acidentes.

A discriminação tátil é uma habilidade básica que deve ser desenvolvida em crianças com deficiência visual de forma contextualizada e significativa. O tato é uma via alternativa de acesso e processamento de

informações que não deve ser negligenciado na educação (DOMINGUES et al., 2010)

A criança com deficiência visual precisa explorar suas possibilidades através da liberdade para manusear, tocar e receber conceitos concretos e abstratos do mundo que o cerca para que possa usar este conhecimento na escola e outros ambientes. E desenvolver atividades artísticas que envolvam dinâmica corporal, dança, teatro com e sem nenhuma adequação em síntese os alunos podem e devem ser inseridos em quase todas as atividades da escola.

Para se trabalhar as cores pode ser incluído aos modelos, as formas geométricas, texturas entre outros critérios. Iniciando o aprendizado das cores em casa, depois na escola. Os recursos sonoros também são usados na educação especial, além da observação do som dos objetos no ambiente, com olfato consegue distinguir odores diversos.

As informações tátil, auditiva, sinestésica e olfativa são mais desenvolvidas pelas pessoas cegas porque elas recorrem a esses sentidos com mais frequência para decodificar e guardar na memória as informações. Sem a visão, os outros sentidos passam a receber a informação de forma intermitente, fugidia e fragmentária (SÁ, CAMPOS; SILVA, 2007, p.15).

É importante ressaltar que a criança com deficiência visual deve receber os mesmo estímulos para que possa viver e sentir situações normais da infância, pois tem as mesmas condições de aprendizado. Para desenvolver autonomia há brinquedos que possibilitam o desenvolvimento lúdico, motor, social e o despertar para o conhecimento.

Com a criação dos jogos adaptados na Brinquedoteca Larabrinc surgiram da neces-

sidade de adaptar aqueles já conhecidos pelo público, como o jogo da velha, a dama, entre outros, mas não adequados para crianças e adolescentes com deficiência visual. Com texturas variadas e cores contrastantes, peças e palavras ampliadas e em Braille, esses jogos interessantes permitem a brincadeira em grupos de amigos com e sem deficiência visual, facilitando a interação (SIAULYS, 2005, p. 149).

Segundo Siauyls (2005) as crianças precisam brincar independentemente, de suas condições de mobilidade física ou intelectual, pois com as atividades lúdicas permitem a troca de experiência e socialização entre os que enxergam e os que não enxergam, pois para toda criança é importante participar das brincadeiras em especial as com deficiência visual. Brincando elas desenvolvem habilidades sensoriais e motoras passando a entrar em contato diretamente com as demais pessoas, ambiente e por conseguinte elevando a auto-estima e interessando-se em aprender sendo um indivíduo ativo.

Dentro da proposta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), onde se inclui o atendimento do aluno com deficiência no que tange à orientação e mobilidade, caberá ao professor especializado proporcionar a esse aluno o conhecimento dos espaços da escola em que ele estiver trabalhando (GIACOMINI; SARTORETTO; BERSCH, 2010, p. 08).

Para que a locomoção dos deficientes visuais ocorra de forma independente e segura, pode ser usado variáveis ferramentas e técnicas. Os especialistas em orientação e mobilidade são aptos e treinados especificamente para ensinar como se locomover com segurança, confiança, utilizando a bengala longa, cão-guia, equipamentos eletrô-

nicos de forma independente em vários ambientes entre eles escola, casa e comunidade.

Nas escolas, os colegas também poderão ser instruídos a guiar os colegas com deficiência visual e com essa experiência os fará capazes de conviver e aceitar as diferenças. Com as técnicas de auto-ajuda em ambiente interno permite o acesso dos educandos de forma independente tanto na escola como também em ambiente familiar, as técnicas de auto – ajuda são: proteção inferior; proteção superior; rastreamento com a mão; enquadramento e tomada de direção; localização de objetos; técnicas para o cumprimento e familiarização de ambientes. Para desenvolver certas habilidade através das referidas técnicas, é necessário, conhecer pontos de referência, pistas táteis, sonora, olfativa, medição, autofamiliarização, mapas táteis, orientação pelos pontos cardeais.

É importante ressaltar outros aspectos relacionados a orientação e mobilidade para deficiente visual e outras deficiências especificamente como postura, andar, equilíbrio, maneirismo (tiques), desenvolvimento motor, destreza de mobilidade.

Para a avaliação dos alunos em alguns casos é recomendável a execução de atividades orais, ou através da representação gráfica em relevo e na própria escrita braile.

2.5 Políticas públicas: necessidade de sua aplicabilidade

Ainda com relação aos resultados, constatou-se que as políticas de inclusão existem, e garantem a igualdade a todos perante a lei, porém a sua aplicabilidade ainda é lenta, ou seja, caminha a passos curtos, pois não basta apenas a implementação de Leis

para incluir por incluir, e sim, faltam políticas públicas eficazes em que o estado invista na qualificação dos educadores, corpo técnico e demais funcionários das escolas, promovendo mais discussões sobre a inclusão, não apenas na escola, mas na sociedade em geral.

Percebeu-se também que a interação entre alunos com deficiência visual e os de ensino regular é vista de forma positiva, pois eleva a auto-estima do aluno com esta deficiência, dando sentido a sua presença em sala de aula e estimulando-o ao desenvolvimento cognitivo e crítico, oportunizando-o assim a exercer sua função de cidadão na sociedade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se que a docência se configura em um trabalho árduo para os profissionais que optam pela área da educação, uma vez que a incumbência do ensinar, do educar, recai, especialmente, nos ombros do professor que atua em todos os níveis de ensino: fundamental, médio, profissionalizante e superior. E não poderia ser diferente. Entretanto, quando se trata da Educação Especial, à qual abarca a inclusão de alunos com necessidades especiais, a responsabilidade estende-se aos demais membros que direta ou indiretamente compõem o ambiente escolar: corpo técnico, o discente especial ou não; bem como a comunidade em geral, o governo e a própria instituição.

O docente necessita de uma formação inicial continuada sobre os conhecimentos específicos da Educação Especial, para atuar em sala de aula. Igualmente, há necessidade de o educador aperfeiçoar-se em determinado ramo da educação especial – deficiência visual, auditiva, intelectual dentre

outras -, objetivando o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem de todas as partes envolvidas no processo educativo.

Além do educador que ministra aula na Educação Especial, o corpo técnico da instituição de ensino, a saber, pedagogo; orientador; supervisor; diretor e demais funcionários da escola, precisam estar habilitados para atender esse público especial que cada vez mais está incorporando-se nas escolas de ensino fundamental, médio, profissionalizante e também nas instituições de ensino superior. A qualificação do corpo técnico é requerida para auxiliar o professor a lidar com esse alunado, caso surjam problemas, e também ajudar o aluno a sobrepujar suas dificuldades.

No que concerne ao discente com deficiência visual, ele precisa sentir-se integrado a turma como um aluno considerado dotado de inteligência e apto a superar suas limitações, prosseguindo nos seus estudos, não se sentindo inferior aos demais colegas de classe. Contudo para que isso se torne possível o ambiente escolar deve mostrar-se benévolo, acolhedor e isento de preconceitos. Esse educando, em razão dessa deficiência, precisa ter um professor acompanhante que o auxilie em sua aprendizagem; bem como de materiais específicos para esse tipo de deficiência.

Em contrapartida, os alunos sem deficiência precisam estar preparados para receber esse colega especial como um ser humano igual aos demais no intelecto e na emoção, dotado de virtudes e defeitos. E compreender que a deficiência visual de seu semelhante não o priva de realizar determinadas atividades. Para tanto, faz-se necessário que a comunidade escolar (família, corpo técnico, professor, alunos) tenha

a incumbência de abordar a inclusão especial como uma realidade que deve ser enfrentada não como uma barreira para o ensino-aprendizagem e o convívio social, e nem vista com compaixão; e sim como uma vitória sobre as dificuldades advindas pela deficiência.

É responsabilidade do Estado implementar medidas que venham a beneficiar a inclusão de alunos, garantindo-lhes um atendimento com mais equidade e, respeitando as limitações individuais de cada discente, imposta por sua deficiência. Nesse contexto, exige-se da instituição de ensino um espaço físico adaptado para receber essa clientela especial que, cada vez mais, encontra-se presente no ambiente estudantil. Outrossim, a biblioteca precisa conter diversos livros escritos em Braille.

Conforme o exposto observa-se que a Educação Inclusiva para se fortalecer exige uma participação efetiva da escola, da sociedade e do governo. É preciso um trabalho em parceria, a fim de proporcionar aos educandos com necessidades especiais, um tratamento peculiar, conforme a deficiência e o grau em que ela se apresenta.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. S. F. SEESP/MEC. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: a família**. Brasília: 2004.
- BRASIL. Portaria Ministerial nº 555, de 05 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP. Brasília: 2007.
- BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

CAP-AP, Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual. **Capacitação para Professores na Área de Deficiência Visual**. Macapá: 2007.

DOMINGUES, C. A. et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: Baixa visão e cegueira**. Brasília: 2010.

GIACOMINI, L.; SARTORETTO, M.; BERSCH, R. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: orientação e mobilidade, adequação postural Espacial**. Ministério da Educação, Brasília: UFC, 2010. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 2006.

PAULON, S.; FREITAS, L.; PINHO, S. **Documento Subsidiário à Política de Inclusão**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Brasília: 2005.

ROPOLI, E. A. et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: 2010.

SÁ, D.; CAMPOS, C.; SILVA, C. **Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Visual**. Curitiba: Gráfica e Editora Cromos, 2007.

SIAULYS, M. O. de C. **Brincar para Todos**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Brasília: 2005.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. C. R. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa**. Brasília: 2010.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.



License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Artigo **recebido** em 18 de abril de 2016.

Avaliado em 05 de janeiro de 2017.

Aceito em 12 de janeiro de 2017.

Publicado em 28 de março de 2017.

Como citar este artigo (ABNT):

SOUSA, Ana Cleia da Luz Lacerda; SOUSA, Ivaldo Silva. A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 6, n. 3, p. 41-50, set./dez. 2016.